

AÇÃO CIVIL PÚBLICA E O TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA NA FURB + A LUTA DOS PSICÓLOGOS DO MUNICÍPIO PELA VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO + LITERATURA COM VIEGAS FERNANDES DA COSTA + SITUAÇÃO HABITACIONAL DOIS ANOS APÓS DESASTRE + ALDO YERA SARUBBI ANALISA SAÚDE E TRABALHO + PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EM BLUMENAU +

Uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau

Ano 2 Número 15 Novembro.2010

EXPRESSÃO UNIVERSITÁRIA

www.sinsepes.org.br



Foto: Leo Laps

Editorial

Daltonismo aprimorado?

Após um período de transição, cujo acompanhamento da comunidade universitária em geral foi extremamente frágil, praticamente escondido, agora a administração da FURB passa a ser conduzida pela equipe indicada pelo reitor João Natel. Efetivamente, após a posse do reitor e do colegiado da reitoria, inicia-se a transição do ponto de vista administrativo. Após a escolha das novas chefias e, para quem analisa de fora o processo, as surpreendentes declarações do reitor ao *Jornal de Santa Catarina* e o discurso de posse do colegiado, transição é a melhor palavra para definir o que esperar de imediato da nova administração.

Ao *Santa*, Natel afirma que “nos mostraram que a Universidade está em equilíbrio financeiro” e no discurso de posse “(...) não estamos recriando, refazendo a Universidade. Nossa meta é o aperfeiçoamento do trabalho já realizado”. A expectativa não é, obviamente, a da promoção de uma “caça às bruxas” apontando culpados e responsáveis por equívocos ou incompetência na gestão anterior. Entretanto, o discurso do reitor eleito é tão mais brando que o do candidato a reitor, que faz necessário es-

clarecimento à comunidade que o elegeu. Os discursos críticos acalorados, que evidenciavam a crise institucional e financeira, a necessidade urgente de mudanças profundas, que pregavam uma “guinada” administrativa na FURB e que muitas vezes reivindicavam, no âmbito da candidatura, a condição de única oposição de fato, no processo eleitoral, para combinarem-se a uma posição transitória tão continuísta e

do da reitoria. Trata-se de uma composição entre membros das gestões Schramm, Deschamps e membros notadamente de oposição às duas. Neste íterim pode-se produzir uma gestão que equilibre-se na pluralidade de pontos de vista ou que, politicamente, torne-se incapaz de manter o direcionamento crítico, base do processo de campanha. Mantendo a coerência defendida para instituições universitárias e o compro-

missa com a FURB, obviamente torcemos pelo primeiro. Um aspecto positivo da nova equipe é a mescla entre lideranças com larga experiência na Universidade e novos nomes, capazes de trazer inovações mais radicais e oxigênio aos processos.

Contudo, o mais preocupante e lamentável do processo de composição do colegiado foi a condição a que foi levado o relacionamento entre os trabalhadores nos locais de trabalho. O compromisso de implementar eleições internas para as chefias, transformado em processos de indicação coletiva de prováveis chefes, por uma série de razões acirrou disputas nada salutares entre os servidores. Em parte por não ser eleição efetiva, em parte pelo desentendimento em torno do processo, em parte pelo frágil acompanhamento pessoal da nova equipe de gestão, as visitas aos setores para a colheita de indicações trouxeram muito desgaste, conforme relatado à representação sindical. As situações incluem acirramento das disputas entre apoiadores das diferentes chapas que compuseram a eleição para reitoria, entre professores e técnicos-administrativos, entre técnicos de nível superior e médio e mesmo entre quem ocupa diferentes funções no mesmo nível. A animosidade foi constatada nos locais pelos diretores do SINSEPES e os conflitos interpessoais evidenciados. Lamentamos a forma como se deu o processo e esperamos que as situações necessárias sejam tratadas rapidamente pela administração sem a necessidade de intervenção sindical direta. Afinal o que mais queremos é a restituição e melhoria das condições de trabalho, para que possamos em conjunto trabalhar para colocar a FURB em local de destaque, tornando-se referência enquanto ambiente de trabalho.

Caberá em futuro próximo considerar equivocada a eleição de uma reitoria outrora tão crítica?

tão reformada (no aspecto financeiro) carecem de esclarecimentos. Se a gestão Deschamps de fato deixa a FURB em condição de equilíbrio financeiro, processos acertados a ponto de necessitem apenas aprimoramento, a ponto de áreas estratégicas como os setores de planejamento manterem inclusive a nominata de chefia inalterada na nova gestão, caberá em futuro próximo considerar equivocada a eleição de uma reitoria outrora tão crítica?

Ao assumir o comando da Universidade, a nova administração apresenta parte do novo colegia-

do e a atribuição da reitoria de indicação direta de seus representantes no CONSUNI, entendemos que os atuais conselheiros, legitimamente eleitos, que ocupam cargos de chefia (atualmente dois conselheiros) devam declinar da representação dos trabalhadores, sendo a vaga ocupada pelo seguinte trabalhador mais votado na última eleição realizada. Em dezembro, o CONSUNI deve ter esse equilíbrio restabelecido e esta condição é vista como primordial para garantir processos de decisão mais democráticos e representativos.

Com o anúncio da composição do colegia-

Conselho Universitário e democrático

Anunciada a nova composição do colegiado da reitoria, a diretoria do SINSEPES alerta a comunidade universitária para uma necessária reflexão. Recentemente o Conselho Universitário sofreu uma alteração de composição, cujo avanço na democratização das decisões é evidente, ainda que pautado na democracia representativa. A nova composição traz um equilíbrio percentual entre membros indicados pela reitoria, membros representativos (de entidades, incluindo o SINSEPES) e membros eletivos (representantes de professores

e técnicos, diretamente eleitos). Dentro dessa composição, para garantir o equilíbrio, as discussões incluíam a defesa de que os membros eleitos não deveriam ser componentes da administração ou das entidades, garantindo a desvinculação e autonomia das posições e voto no Conselho. Para isso, a eleição foi realizada no âmbito da Universidade, em urna eletrônica e não mais em assembleia da categoria, além de não contarem com a participação de diretores do SINSEPES e chefias da Universidade.

Com o anúncio da composição do colegia-

do e a atribuição da reitoria de indicação direta de seus representantes no CONSUNI, entendemos que os atuais conselheiros, legitimamente eleitos, que ocupam cargos de chefia (atualmente dois conselheiros) devam declinar da representação dos trabalhadores, sendo a vaga ocupada pelo seguinte trabalhador mais votado na última eleição realizada. Em dezembro, o CONSUNI deve ter esse equilíbrio restabelecido e esta condição é vista como primordial para garantir processos de decisão mais democráticos e representativos.

Programa Cidadania em Debate

Toda segunda-feira, às 22h, na Furb TV. Siga o sindicato no Twitter: @sinsepes

Expressão Universitária é uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau. **Jornalista responsável:** Leo Laps (01989JP-DRT/SC).

Projeto gráfico, diagramação, editoração e edição: Leo Laps. **Tiragem:** 4.000 cópias. **Gráfica:** Grupo Paulo Pimentel (Curitiba).

Endereço: Campus I da FURB (Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 ou 47 3340-1477 **E-mail:** sinsepes@sinsepes.org.br.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

RECICLE! NÃO SUJE A CIDADE!

Presidente: Tulio Vidor **Vice-presidente:** Ricardo Machado **Secretário-geral:** Joni Júlio Evaristo **Tesoureiro:** Luiz Heinzen
1º Tesoureiro: Luiz Donizete Mafra **Diretor Jurídico:** Glauco A. Espíndola **Diretora de Cultura:** Mariana Freitas **Diretor de Imprensa:** Carlos Alberto Silva
Conselho Fiscal: Simone Wagner Rios Largura, Rubia Carla Ribeiro e Décio Zendron (titulares); Natacha Juli Georg (suplentes)

A FURB, a Ação Civil Pública e o Termo de Ajustamento de Conduta

Muito se falou sobre a Ação Civil Pública que a FURB estava enfrentando, movida pelo Ministério Público, e muito se especulou sobre o teor da mesma

POR **LUIZ HEINZEN**, professor da FURB e Tesoureiro do Sinsepes <luizh53@gmail.com>

Pouco publicizada, muito comentada e com várias versões e interpretações diferentes, a Ação Civil Pública (ACP) foi a mola mestra da regularização da situação jurídica da FURB, necessária e por tanto tempo protelada. Por conta desta ACP houve, nos últimos dois anos, grande movimentação nos corredores e órgãos colegiados da FURB, envolvendo interesses diversos, desde os interesses legítimos dos funcionários que não queriam perder seus direitos, conquistados com muita luta ao longo da história da FURB até o interesse da administração que ensaiou, usando a ACP como justificativa, uma reforma administrativa. Felizmente, com a movimentação dos funcionários, capitaneados pelo SINSEPEs, a tal Reforma Administrativa acabou sendo a mínima possível e o que se conseguiu foi encaminhar ao Executivo Municipal uma série de projetos de lei que representam o mais próximo do “esqueleto” Administrativo da FURB em operação, adequando-se aos moldes do funcionalismo público municipal no que for possível, respeitando as particularidades existentes na FURB.

Como trabalhador e membro da diretoria do SINSEPEs, fiquei muito preocupado e angustiado ao saber que a ACP estava extinta com a assinatura de um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a FURB, o Ministério Público de Santa Catarina (MP) e o Município de Blumenau.

Quais seriam as cláusulas do termo e o que elas implicariam para a vida funcional dos trabalhadores desta Instituição? Por que este TAC não foi tornado público, nem na época das eleições?

Conforme comunicado pelo reitor Eduardo Deschamps em reunião do CONSUNI em 12 de agosto de 2010, a situação dos professores substitutos, contratados através de Processo Seletivo Público e Sumário (PSPS), os chamados “temporários” — alguns deles “temporários” há mais de 10 anos —, teria que ser regularizada até agosto de 2011, prazo dado pelo MP. Por conta dessa “desinformação” (ou falsa informação??), a reitoria começou a rescindir os contratos temporários regidos pela CLT e recontratar os profissionais por contrato administrativo — segundo a administração, para atender a nova legislação e o TAC. As Leis Complementares 743, 744, 745 e 746, publicadas pelo Executivo Municipal em 31 de março de 2010, definem as contratações emergenciais por contrato administrativo.

Para minha surpresa, ao tomar conhecimento do TAC, descobri que o mesmo não faz menção a nenhum prazo e nenhuma forma de contratação, apenas valida os concursos para professores do quadro, regidos pelos editais 01/2008 a 11/2008.

Fica novamente a impressão de que fomos ludibriados pela falta de informação e que, por conta dessa desinformação, uma modificação nas relações de trabalho foi feita, penalizando mais uma vez o traba-

lhador temporário da FURB, fragilizando ainda mais a situação dos professores e técnicos-administrativos temporários, dentro da Instituição que precisa destes profissionais para dar conta do bom atendimento aos alunos, qualidade que diferencia a FURB das demais Instituições de Ensino Superior da Região.

Cabe ainda mais uma triste constatação: quando do encaminhamento dos projetos de lei ao Executivo Municipal, não foi prevista a contratação do equivalente aos atuais professores substitutos, em muitos casos indispensáveis ao funcionamento da FURB, prevendo apenas os professores do quadro e os de situação emergencial.

A situação dos professores substitutos, que se submeteram a PSPS, com contrato temporário regido pela CLT, ficou indefinida ou simplesmente esquecida, cabendo uma pergunta que ainda será ouvida pelos corredores da FURB por muito tempo: **Como, quando e o que fazer com os PSPS que estão atuando na FURB, contratados pelo regime celetista, para regularizar a situação dos mesmos?**

Certamente esta é uma pergunta que a Gestão 2006/2010 não tem mais como responder, mas é um dos principais desafios para a Reitoria que assumiu a gestão da Universidade por estes dias terá pela frente, e espero que o faça sem prejuízo dos que aqui estão há muito tempo contribuindo para que a FURB seja o que é: uma Universidade que ajuda a construir o progresso do Vale do Itajaí.

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

CLÁUSULA PRIMEIRA: Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por finalidade adequar a conduta da Fundação Universidade Regional de Blumenau quanto à criação e provimento de cargos públicos.

CLÁUSULA SEGUNDA: Por este instrumento, a Fundação Universidade Regional de Blumenau compromete-se a se abster da prática de qualquer ato administrativo voltado à criação de cargos sem o devido processo legislativo, cuja iniciativa privativa é do Chefe do Poder Executivo Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam convalidados todos os atos administrativos referentes aos Concursos Públicos de Provas e Títulos regidos pelos editais abaixo, cuja suspensão foi determinada pela medida liminar exarada em 03 (três) de outubro de 2008 nos autos da Ação Civil Pública n. 008.08.023501-5:

1. Edital n. 01/2008, destinado ao provimento do cargo de docente na(s) matéria(s)/disciplina(s) Anatomia;
2. Edital n. 02/2008, destinado ao provimento do cargo de docente na(s) matéria(s)/disciplina(s) Biologia Celular/ Histologia/ Embriologia;
3. Edital n. 03/2008, destinado ao provimento do cargo de docente na(s) matéria(s)/disciplina(s) Direito Civil;
4. Edital n. 04/2008, destinado ao provimento do cargo de docente na(s) matéria(s)/disciplina(s) Direito da Propriedade Intelectual;
5. Edital n. 05/2008, destinado ao provimento do cargo de do-

cente na(s) matéria(s)/disciplina(s) Direito do Trabalho e Direito da Seguridade Social;

6. Edital n. 06/2008, destinado ao provimento do cargo de docente na(s) matéria(s)/disciplina(s) Direito Penal;

7. Edital n. 07/2008, destinado ao provimento do cargo de docente na(s) matéria(s)/disciplina(s) Estágio de Prática Jurídica;

8. Edital n. 08/2008, destinado ao provimento do cargo de docente na(s) matéria(s)/disciplina(s) Melhoria Florestal / Experimentação Florestal e Práticas Integradas Florestais;

9. Edital n. 09/2008, destinado ao provimento do cargo de docente na(s) matéria(s)/disciplina(s) Odontologia Preventiva Primária I, II, III, IV, V, VII, VIII e IX;

10. Edital n. 10/2008, destinado ao provimento do cargo de docente na(s) matéria(s)/disciplina(s) Produção Eletrônica/Produção Eletrônica em publicidade I, II e III;

11. Edital n. 11/2008, destinado ao provimento do cargo de docente na(s) matéria(s)/disciplina(s) Teoria Geral do Processo e Direito Processual Civil I, II, III, IV e V.

CLÁUSULA QUARTA: Com o atendimento ao objeto da Ação Civil Pública e, mediante as cláusulas e condições ora firmadas, os compromissários formalizarão pedido de homologação do feito e conseqüente extinção do processo na forma do art. 269, III, do Código de Processo Civil;

CLÁUSULA QUINTA: Este ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, e terá prazo indeterminado.

Conteúdo do Termo de Ajustamento de Conduta

| Fato | Mitos | Indefinição |
|---|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Tipo de contratação possível: 1. Concurso Público para os servidores do quadro 2. Contrato Administrativo somente para situações emergenciais | <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de modificação dos contratados por CLT para Contrato Administrativo • Data limite de agosto de 2011 para regularização dos contratados sem Concurso Público • Obrigatoriedade de rescisão dos contratos por CLT e contratação por Contrato Administrativo | <ul style="list-style-type: none"> • Base legal para regularização dos PSPS • Data para regularização da situação dos PSPS |

Entrevista: Aldo Yera Sarubbi, médico

“O trabalhador está pedindo para que a saúde seja uma bandeira de luta”

Foto: Leo Laps

O trabalho junto a uma organização não-governamental, ainda no Paraguai, seu país natal, colocou a Medicina na vida de Aldo Yera Sarubbi. Atual médico do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Blumenau, Gaspar e Indaial (SINTRAFITE) e também da prefeitura municipal, o paraguaio vive há 16 anos em Blumenau. Hoje, Aldo é um especialista em medicina do trabalho e da família. Engajado na luta dos trabalhadores por uma vida mais digna, o médico cedeu em setembro uma entrevista ao Expressão Universitária, onde analisou as atuais condições de trabalho na cidade, no Brasil e no mundo, revelou os principais mecanismos de adoecimento, físico e mental, que afligem a classe trabalhadora, e denunciou práticas imorais que ocorrem bem ao nosso lado, em nossos ambientes de trabalho.



SINSEPES Como você se interessou em trabalhar com saúde pública?

ALDO YERA SARUBBI Sempre gostei. Eu havia começado a cursar Medicina do Trabalho, mas não conclui, e retomei a profissão já nesta perspectiva, depois da experiência que tive com uma ONG no Paraguai, onde trabalhávamos na área da saúde, com o setor rural-urbano. Trabalhava com jovens, fundamentalmente, e mulheres.

SINSEPES Como você analisa a questão da saúde do trabalhador em Blumenau?

ALDO É uma cidade que tem a pecha de ser industrial, mas é também uma cidade de serviços. Gostaria de ter mais dados sobre isto, e essa é uma das coisas que eu acho que é papel dos sindicatos e da própria Universidade: pesquisar e entender o que está se passando. Essa mudança estrutural do mundo do trabalho, que se falou tanto nos anos 90: como ela afetou o trabalho em Blumenau? Eu não tenho dúvidas de que afetou, e vejo isso no meu dia-a-dia, atendendo aos trabalhadores, às trabalhadoras têxteis. Vemos que o adoecimento está cada vez maior.

SINSEPES De que forma?

ALDO O adoecimento físico aparece nas LER/DORT, que são as lesões por esforço repetitivo. Eu atendo muitos casos. Fundamentalmente, isso se deve ao aumento do ritmo de trabalho. Inclusive, eu estava lendo este livro (mostra o livro “Mais Trabalho”, de autoria de Sadi Dal Ros-

so). O autor é sociólogo, e fala um pouco da intensificação do trabalho hoje, com essas mudanças que ocorreram nos últimos 20 anos. Ele fala muito da intensificação do trabalho nas profissões que têm a ver com essa mudança estrutural, do mundo das finanças. O problema não é somente na produção. As empresas que geralmente estão na ponta do sistema de acumulação de capital são as que mais adoecem. Os trabalhadores destes ramos são muito mais explorados hoje. Essa questão de exigência de produção, de vender mais e mais produtos. Na verdade, o desgaste não é somente físico, mas também intelectual, emocional. Porque o mundo do trabalho está exigindo mais coisas do trabalhador. Ele tem de se envolver com a empresa. Ele não é mais um trabalhador, é um colaborador da empresa.

SINSEPES O trabalhador que você atende tem consciência dessas mudanças e exigências ou ele se acostumou a enxergar seu trabalho deste jeito? Você chega a trabalhar com esse aspecto no consultório?

ALDO Até acho que trabalho um pouco isso, pois o pessoal chega doente tentando entender de onde vem o problema. Mas isso não é um problema médico apenas. O médico pode até ajudar a entender o que se passa, mas trata-se de um problema social. Por isso eu falo que os sindicatos deveriam pesquisar mais e tentar entender o que está se passando e trabalhar em cima dis-

so. E eu acho que os sindicatos, de maneira geral, estão olhando muito pouco essa questão da saúde.

SINSEPES No último Congresso do Sinsepes, em 2009, a principal preocupação dos trabalhadores era com a saúde.

ALDO E eles se preocupam com isso, porque o corpo começa a falar. Os trabalhadores são exigidos à polivalência, pau-para-toda-obra, então faz isso, faz aquilo, faz o trabalho de duas, três pessoas. A intensificação do trabalho é uma fonte de adoecimento terrível. O trabalhador está pedindo pra ser defendido, para que a saúde do trabalhador seja uma bandeira de luta.

SINSEPES Como o trabalhador pode se defender desse ritmo acelerado sem perder a empregabilidade?

ALDO Aí está o grande desafio. Eu acho que esse medo, o medo do desemprego, o medo de que, ao mostrar que ele está doente, corre o risco de demissão, isso está presente. Individualmente, eu acho que não tem muita saída. É questão coletiva mesmo. Por isso que eu falo, mais uma vez, que se o sindicato é um instrumento de defesa do trabalhador, tem que assumir essa briga, trazer a discussão, o debate, para organizar o trabalhador. Individualmente, o caminho na maioria das vezes é o do desespero, e do adoecimento cada vez maior.

SINSEPES Qual a diferença entre discurso e prática, dentro das empresas da cidade, quanto à preven-

ção de doenças de trabalho? Há interesse real em melhorar a saúde do trabalhador?

ALDO Não sei se interessa, mas há algumas políticas que, às vezes, são exigências das próprias leis. Então eles se enquadram dentro disso aí, mas não há muita responsabilidade. Como chamam aqueles grupos que estão dentro das empresas?

SINSEPES CIPA?

ALDO É, CIPA, os cipeiros. Esses caras normalmente não fazem nada, eles só obedecem o que os encarregados e os patrões mandam, então não estão do lado do trabalhador. Aí, muitas vezes, acontecem acidentes dentro das empresas e os patrões conseguem esconder. Conheço casos da boca dos próprios trabalhadores. Aconteceu, por exemplo, uma fratura dentro da empresa? Eles mandam se afastar, mas não como acidente de trabalho, e sim como doença comum, dizendo que o acidente não aconteceu na empresa. E os trabalhadores se tornam cúmplices disso, com medo de se indispor com a empresa, com os encarregados.

SINSEPES Além do LER/DORT, que outras coisas os trabalhadores mais levam para o seu consultório?

ALDO O sofrimento mental é grande. Tem gente que vai no consultório e desabafa: “olha, hoje não tô com saco, não consigo enfrentar essa empresa”.

SINSEPES Depressão?

ALDO Também há muitos casos. **SINSEPES Muita gente ainda consi-**

dera depressão sinônimo de preguiça, de não querer trabalhar. Isso entre os próprios trabalhadores. Você ouviu muito isso?

ALDO Ainda existe essa leitura, ainda mais numa cultura como a blumenauense. Aqui, a cultura do trabalho é muito forte. E isso deve fazer muito mal pra quem está com depressão, porque aí vem, é claro, a culpabilização. Porque aí não con-

tância de que o sindicato repense um pouco a sua função, pra entender um pouquinho. Uma das coisas que eu também falo nas consultas é que o trabalhador deveria começar a falar “não”. Deveria resistir mais. E isso é resistência individual e coletiva. É questão de se encontrar mais, conversar mais. Porque isso também é outra coisa que as empresas fazem, elas afastam os trabalha-

Hoje o trabalhador tem de estar brigando pela sua sobrevivência. Isso o leva a aceitar muitas coisas que talvez ele não concorde. Ele se sente impotente de mudar aquilo. A ferramenta é o sindicato, o próprio trabalhador começando a resistir

segue trabalhar. Mas eu acho que a depressão também é um sintoma social. Pode ser um mal desencadeado pelo trabalho, mas em si ele é um sintoma social, um mal estar na sociedade. A depressão é isso: a pessoa fica lenta, lerda, a velocidade é outra para um depressivo. E a sociedade hoje o que que é? A velocidade, a rapidez, informação rápida, tudo tem que ser muito rápido. E a depressão é o contrário. Então ele questiona um pouco isso. Acho que essa doença vem questionar um pouco o nosso mundo.

SINSEPES O Sintrafite recebe frequentes denúncias de negligência e maus tratos por parte de médicos de empresas. Como você analisa isso?

ALDO Eles assediam muito os trabalhadores e trabalhadoras, maltratam. Eles fazem isso.

SINSEPES Como um profissional da saúde acaba agindo assim?

ALDO Eu acho que uma é que eles estão trabalhando pras empresas. Eles se posicionam, assumem o discurso das empresas. Outra que eu acho que são preconceitos estabelecidos. Para eles, o trabalhador é vadio, ele finge. Que vínculo você pode estabelecer com essas pessoas, se você já parte com este preconceito?

SINSEPES A FURB não tem CIPA, e esta é uma das reivindicações dos trabalhadores da Universidade já há alguns anos. Você criticou esse tipo de grupo há pouco, mas qual seria a importância dele na FURB?

ALDO Eu concordo que deveria haver CIPA na FURB. Mas é como eu falei, é uma questão às vezes muito formal. Muitas empresas de Blumenau tem tudo isso aí, CIPA e etcetera, mas isso não garante a defesa da saúde do trabalhador. Eu acho que se deveria trabalhar mais com a criação de comissões locais de trabalho. Porque, na realidade, saúde não é somente doença física, mas também o sofrimento psíquico. E doenças como ansiedade e depressão vem, muitas vezes, do trabalho. Então acho que vai além da questão física. E a FURB também tem, sim, um leque muito grande de trabalhadores, que podem adoecer de diversas formas.

SINSEPES A questão do salário normalmente fica acima da preocupação com a saúde. Como você analisa essa questão?

ALDO Mas não deveria. Às vezes, o trabalhador coloca outras prioridades. Por isso que eu falo na impor-

dores. O trabalhador não vê mais o trabalhador como um colega, como um companheiro. Porque o sistema de trabalho muitas vezes se organiza de tal forma que eles não se unem como iguais.

SINSEPES Se veem como competidores?

ALDO Exatamente, aí se quebra a solidariedade. Não existe mais esse vínculo de solidariedade, porque aí vem a competição, muito intensa. Por exemplo, o trabalho de células: cada um tem que produzir um determinado produto, e tem uma meta. Se você não cumpriu a meta, os outros cobram. E se você não cumpriu, pronto, é motivo de briga. Quebra-se a solidariedade, os vínculos afetivos. Aí não precisa ter um supervisor, um encarregado, uma encarregada para estar fazendo esse papel.

SINSEPES O que levou a esse nível de fragmentação da classe trabalhadora?

ALDO Hoje o trabalhador tem de estar brigando pela sua sobrevivência. Isso o leva a aceitar muitas coisas que talvez ele não concorde. Ele se sente impotente de mudar aquilo. A ferramenta é o sindicato, o próprio trabalhador começando a resistir, a ver o outro como um igual, se encontrarem mais, se conversarem mais.

SINSEPES Quando um trabalhador chega ao seu consultório após sofrer acidente, qual é o discurso dele? Ele se sente culpado?

ALDO Todo o sistema está feito para culpabilizar o trabalhador pelos acidentes, com o discurso de que é descuido pessoal. Mas o trabalhador resiste a isso. Na maior parte das vezes é a falta de proteção mesmo, e o próprio ambiente de trabalho. Teve um caso de acidente recente em uma empresa da região, um acidente feio, em que a pessoa recuou da denúncia, não sei se houve ameaça da empresa, ou se a empresa prometeu coisas pra essa pessoa. E esse acidente foi provocado não pelo trabalhador, porque na verdade ele estava aprendendo a manipular a máquina, e deixaram ele sozinho. Aí na hora em que ele fez alguma coisa errada, aconteceu o acidente. Por sinal, eu gostaria de falar um pouco sobre as CATs (Comunicação de Acidente de Trabalho). As empresas não admitem CAT, elas se recusam a emitir a CAT. E eles podem recusar. Mas, aí, o sindicato faz. Porque esse é um direito do trabalhador. Agora,

por que as empresas não emitem a CAT? E por que eles não assumem que o local de trabalho também é um local de adoecimento? Porque pra eles tem também, além do prejuízo, digamos, não sei se moral, também de imagem da marca, da empresa. E aí há o prejuízo econômico. Eles tem que pagar o seguro de acidente de trabalho (SAT). E quanto mais acidentados e lesionados há no local de trabalho, mais caro será este seguro.

SINSEPES E é possível chegar a um local de trabalho com um risco mínimo de adoecimento?

ALDO Eu acredito, mas aí tem que ter um controle muito grande do trabalhador. O controle tem que estar nas mãos do trabalhador, no seu ambiente de trabalho, porque ele sabe. Eles são quem manipulam essas máquinas, eles sabem como fazer aquilo funcionar melhor, para eles não adoecerem, pra não se machucarem. Mas eles não são ouvidos. Na verdade, são tratados como máquinas. Hoje em dia os locais de trabalho não estão feitos pro trabalhador, pra se adaptar ao trabalhador. O trabalhador se adapta às máquinas. De fato, até a etimologia da palavra “trabalho” vem do latim, e é tripalium, tortura. Na verdade etimologicamente o trabalho significa tortura. Então acho que hoje ainda assistimos a esse problema, a esse lado do trabalho. Fala-se que o trabalho dignifica o homem... Mas se há o lado do prazer de trabalhar, também temos o outro lado, que é o sofrimento. Hoje o trabalho também é uma fonte de sofrimento.

SINSEPES Quando vemos o início da revolução industrial, quando se trabalhava até 18 horas por dia, sete dias por semana, é normal raciocinar que hoje a exploração do trabalhador diminuiu.

ALDO Hoje se trabalha menos horas, mas a intensidade é maior. E se fala de modernização, mas junto com a

China, feitas por costureiras presidiárias. Aí eles colocam a etiqueta aqui. Então aí tu vê como a globalização funciona. O lado arcaico e o moderno estão articulados, e tudo em nome de mais lucro pra essas empresas. Aí você percebe que essa questão do trabalho dignificar o homem é balela. Estava lendo um dia desses que, num campo de concentração nazista, Auschwitz, estava escrito em cima do portão: “O trabalho liberta”. Então praticamente estamos numa época em que os locais de trabalho são quase campos de concentração.

SINSEPES Mas há uma promessa de que é possível subir na carreira, ter ganhos maiores. Como é que os trabalhadores de chão de fábrica percebem isso? Normalmente eles não tem planos de carreira e oportunidades...

ALDO As pessoas que vão entrando hoje praticamente já tem o mesmo salário daquele de 15, 20 anos atrás. Falta uma perspectiva de longo prazo pra eles se mobilizarem. E hoje a gente analisa a defasagem econômica do trabalhador têxtil: quem está aposentado hoje chegou a acumular mais coisas, até casa na praia. Mas hoje quem está começando mal consegue adquirir uma casa, é impossível com esse salário. A metade, mais da metade do salário, é só pra pagar o aluguel.

SINSEPES E o que o trabalhador pode fazer pra prevenir a LER/DORT? Que dica que o médico dá?

ALDO As fábricas estavam fazendo ginástica laboral, mas creio que é mais *marketing*. Tanto que as empresas estão retirando este projeto. A maior parte dessas empresas que colocou isso aí hoje já não faz mais.

SINSEPES Porque?
ALDO Por que fazem o que? A ginástica não tem nem meia hora. E depois são sete horas seguidas na linha de produção. É preciso mais micropausas. Parar um pouquinho,

Por que as empresas não assumem que o local de trabalho também é um local de adoecimento. Porque para eles tem também, além do prejuízo, digamos, moral, também de imagem da marca, da empresa. E aí há prejuízo econômico

modernização a gente vê trabalho escravo. Inclusive na Caros Amigos de julho deste ano, há uma matéria sobre trabalho escravo que cita a Teka, a Karsten, a Hering e a Marisol. Uma ONG fez um documento para empresas assinarem, garantindo que não se envolveriam com trabalho escravo, e essas foram algumas das que não assinaram o documento. Porque? Eles tem trabalho escravo. E isto é aqui em Santa Catarina, no Sul do Brasil, que é “a Alemanha brasileira”. As facções, por exemplo, são um espaço de escravidão.

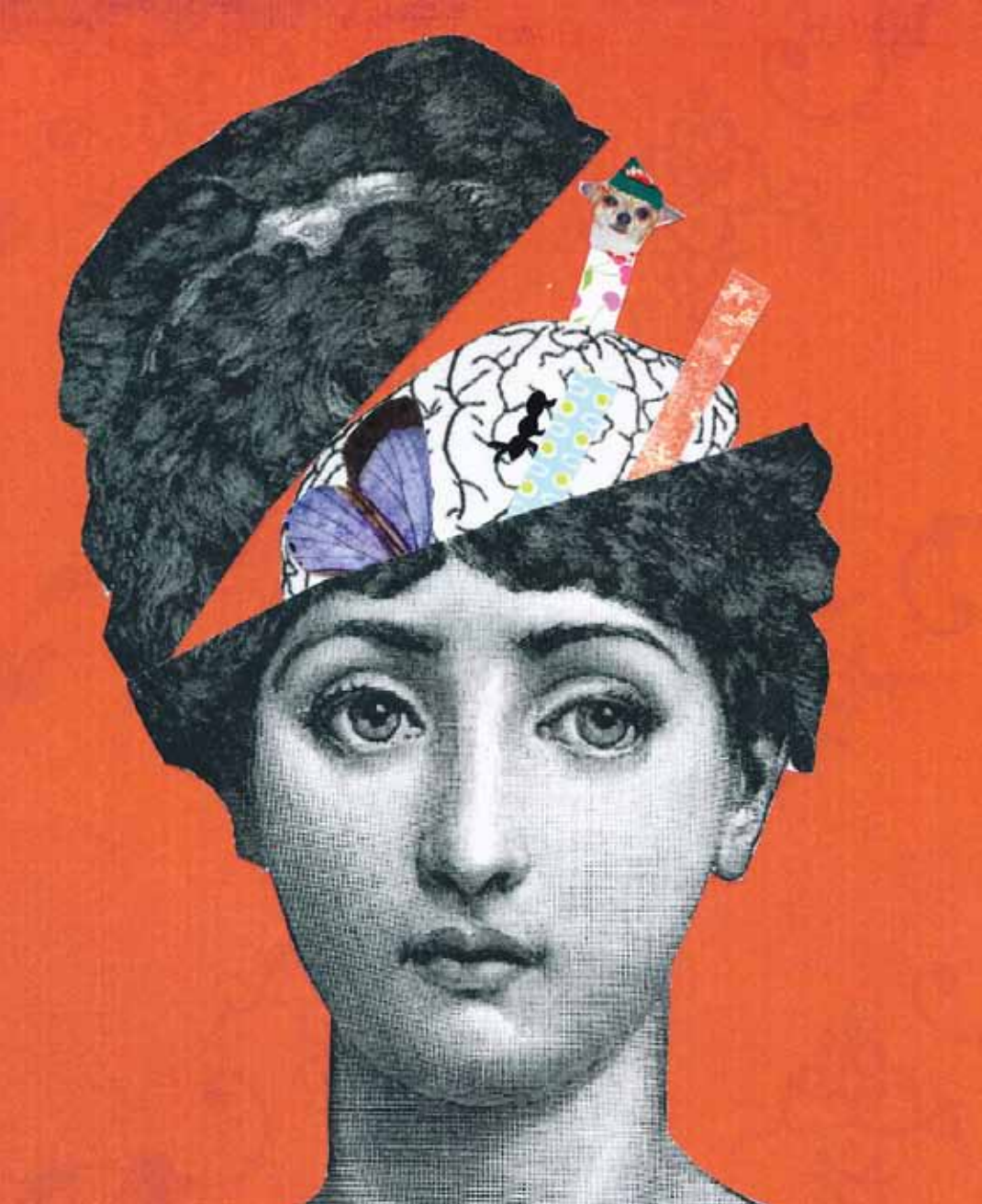
SINSEPES Que surgiram como solução para o ramo têxtil no começo dos anos 90, certo?

ALDO E não tem uma empresa têxtil, aqui, de grande porte, que não tenha trabalho de facções, que é o trabalho sem direitos nem benefícios nem proteção. Não tem sindicatos que de alguma forma os protegam. Também sei de casos de empresas grandes que trazem produtos da

alongar, depois voltar ao trabalho. Mas, hoje, até pra ir ao banheiro há controle. Então é complicado. Por isso que eu falo em campos de concentração. Há locais de trabalho que tem câmeras, com pretexto de segurança, filmando o movimento dos trabalhadores. Pra ver o que eles fazem, o que eles não fazem, se estão conversando com o trabalhador do lado, quanto tempo demoram no banheiro. Alguns supervisores vão até o banheiro, batem na porta e perguntam: “Que que tá fazendo aí? Tá demorando muito.”

SINSEPES É aquela história do trabalho como causa de sofrimento físico e psíquico?

ALDO Eu percebo que o absenteísmo é grande nas empresas, os trabalhadores faltam, sim. Mas aí é que a gente tem que se perguntar: porquê? Porquê o trabalhador não está querendo ir pro trabalho? Será que o trabalho não virou uma forma de sofrimento?



Até 2020, a doença de maior incidência no mundo será a depressão, segundo a Organização Mundial da Saúde. A entidade antecipa que haverá um forte aumento de gastos públicos no tratamento de indivíduos e perda da produtividade nos trabalhadores diagnosticados com o transtorno. Mesmo assim, a saúde mental da população ainda não se constituiu como essencial das políticas públicas de saúde de muitos governos. É o caso de Blumenau, onde psicólogos vem se mobilizando contra a falta de reconhecimento por parte do poder público. Querem passar, por exemplo, a receber um salário mais compatível com a responsabilidade e a importância da função para a saúde da sociedade.

No início de 2009, com a implantação do novo plano de carreira do serviço público de Blumenau, psicólogos foram os únicos a ter o salário inicial rebaixado (passou a ser de R\$ 1.046, por 20 horas). Em julho deste ano, quando o Tribunal de Justiça de Santa Catarina proibiu que médicos e dentistas da rede pública substituíssem sua carga horária pela realização de 50 consultas semanais e obrigou estes profissionais a começar a cumprir o volume de horas definido em concurso, a prefeitura municipal aprovou de imediato um aumento para as duas categorias, que passaram a receber de R\$ 2,5 mil a R\$ 5 mil, dependendo da carga horária. Esqueceu, porém, de rever a situação salarial de psicólogos e outros trabalhadores da área da saúde.

“Ainda vivemos em um momento histórico que deixa transparecer uma perspectiva de cultura que valoriza ao extremo os profissionais médicos, in-

clusive em relação à questões que são diretamente ligadas a objetos de estudo e intervenção do profissional psicólogo. Há ainda uma forte tendência de medicalização da saúde mental”, afirma o psicólogo da rede pública de Blumenau, Josué Cruz

VALORES

Adriana Rauh, que trabalha como psicóloga na prefeitura desde 1991, viu a diferenciação de tratamento da profissão em relação à Medicina

Preferimos ainda a falsa facilidade das pílulas, de efeito quase imediato, a um longo e reflexivo processo de cura. A dor de estômago causada pela ansiedade é “tratada” pelo gastroenterologista e a “tristeza” é “curada” com fluoxetina

e Odontologia já no primeiro plano de carreira, lançado um ano antes. “A alegação é de que este é o mercado. É preciso que mostremos a importância da Psicologia. A quantidade de pessoas que padecem de depressão e outros males psicológicos já gera uma das principais causas de afastamento de trabalho em nossa cidade. É preciso fazer mais ‘marketing’ da profissão, mostrar o valor do psicólogo para uma sociedade saudável”, opina Adriana. “O médico psiquiatra receita remédios para controlar o sofrimento psíquico, mas é preciso o acompanhamento do psicólogo para curar o paciente”, defende a profissional.

A secretária geral do Sindicato dos Psicólogos de Santa Catarina (SINPSI), Vânia Maria Machado, concorda com Adriana, mas lembra que o problema não está apenas

Qual a importância da sua cabeça?

Profissionais da rede pública municipal se mobilizam em busca de valorização profissional em um momento em que a **saúde mental da população mundial parece se deteriorar**

POR LEO LAPS, jornalista do SINSEPE <leolaps@gmail.com>

em quem define salários. “Médicos são sempre mais privilegiados. Mas os próprios cidadãos ainda agem assim: eles podem não procurar um psicólogo, mas nunca deixam de ir a um médico em caso de dores físicas. Vive-se, mas sem qualidade de vida”, diz a sindicalista, em uma argumentação que revela o porquê do alto consumo de anti-depressivos na sociedade atual: preferimos ainda a falsa facilidade das pílulas, de efeito quase imediato, a um longo e reflexivo processo de cura. A dor de estômago causada pela ansiedade é “tratada” pelo gastroenterologista, e a enxaqueca produzida pelo estresse e pela angústia é “curada” com aspirinas, a “tristeza” é “tratada” com fluoxetina.

MERCADO

O secretário de Saúde do município, Marcelo Lanzarin, naturaliza a diferenciação salarial definida pelo valor de mercado das profissões. Segundo ele, caso não fosse dado aumento imediato para os médicos, o sistema de saúde pública municipal deixaria de fazer mais de mil consultas por dia e perderia 10% dos seus profissionais. “Os especialistas, principalmente, pediriam desligamento imediato. Entendo o sentimento de injustiça de outros profissionais, mas é o mercado. Vivemos em um país capitalista, e

baixa qualidade. Não somos contra o aumento para médicos e dentistas, mas saúde não diz respeito apenas aos profissionais de elite, que tem mais recursos para buscar seus direitos”, argumenta a diretora de Saúde do SINTRASEB, Ieda Bernardina Vargas Ladewig. Segundo ela, o novo plano de carreira vem sendo questionado por servidores de todas as áreas. Há problemas como a redução da bolsa de estudos, que antes cobria 65% do valor da mensalidade, e passou a cobrir 24%, segundo o SINTRASEB.

SINDICATO

Exemplo do problema de mobilização da categoria é o fato de que o SINPSI soma apenas dois anos de existência. São apenas 120 filiados em um universo de cerca de 8 mil profissionais. Uma das principais pautas da entidade é a criação de um piso estadual baseado em quatro salários mínimos, por 20 horas semanais. Além disso, o SINPSI busca mais espaço para a profissão dentro do setor público, que segundo pesquisa do DIEESE encomendada pelo sindicato emprega quase 60% dos psicólogos do Estado. O setor de serviços emprega outros 34%. “Como a maioria trabalha no setor público e muitos também são autônomos, trabalhando sozinhos em consultórios, há essa dificuldade em mobilizar”, atesta Vânia Maria Machado.

O psicólogo Josué Cruz lembra que estes profissionais não são contratados pelo setor público apenas para tratar pacientes depressivos. “Trabalhamos com públicos-alvos específicos, realizando intervenções específicas”, comenta, listando algumas situações de trabalho na rede municipal: ambulatórios de saúde, hospital-dia, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS, que lidam com crianças e abuso de álcool e drogas, por exemplo), programas que atuam em situações de violência da mulher e criança, na gestão de pessoas, escolas técnicas de saúde, na saúde do trabalhador e da família, nas políticas de educação, entre outros.

A falta de reconhecimento da categoria aliada à sensação de que não há instrumentos de luta para melhorar a situação gera sofrimento psíquico para quem deveria estar pronto para cuidar da saúde mental dos cidadãos. “O reconhecimento objetivo através de uma política de valorização de uma categoria profissional é um dado muito importante para identificarmos qual o lugar desta categoria dentro da instituição. Ocupamos um lugar nada confortável”, resume Cruz.

A Situação Habitacional em Blumenau no pós-desastre

POR JACQUELINE SAMAGAIA, professora do Departamento de Serviço Social da FURB <jacquagaia@gmail.com>

Passaram-se dois anos após o grande desastre de 2008 e como se enfrentou a questão habitacional na cidade? Cerca de 300 famílias ainda permanecem em abrigos, aguardando ocuparem as primeiras unidades habitacionais que estão sendo concluídas. Um suplício para as famílias que vivem tal situação! Foi o que pudemos constatar no artigo da edição de setembro do *Expressão Universitária*, através dos relatos dos moradores atingidos pelo desastre.

Como se encaminhou a construção das moradias? O dinheiro angariado através das doações da população brasileira para a cidade em 2008 foi utilizado para compra de alguns terrenos que serviram posteriormente para a construção das moradias. Os terrenos foram escolhidos por equipes técnicas representantes da administração pública, aprovados em reunião do Conselho Municipal de Habitação. Atente-se ao fato de que este Conselho se reuniu pouquíssimas vezes em 2009, ano seguinte ao trágico evento, e geralmente para aprovar o que já vinha definido. Difícil chamar isso de participação! Aliás, os Conselhos representantes de políticas sociais na cidade nos últimos anos, têm muito esta característica.

Onde ficam tais terrenos? Seguindo a ordem das coisas, ou seja, a lógica da “organização” das cidades no Brasil, se localizam nas periferias urbanas, onde a terra é mais barata, por não contar com infraestrutura adequada em termos de saneamento básico, transporte coletivo, equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer e cultura. As comunidades vizinhas de alguns destes locais já reclamam que terão que dividir com os novos moradores tais equipamentos, que são precários.

Os recursos para construção das moradias foram viabilizados pelo governo federal através do Programa Minha Casa, Minha Vida (cujo nome, talvez não por coincidência, incorre numa perspectiva muito mais de apelo do que de direito social). O financiamento é subsidiado pelo Estado, em sua grande parte, ficando a cargo do morador 10% do imóvel. A escolha dos terrenos fica então a cargo das próprias administrações e os moradores são selecionados através de cadastros para “receberem” a casa, estando sujeitos aos critérios de seleção. Quer dizer que, não basta ter sido vítima do desastre, ter baixo salário ou dificuldade para aquisição de moradia, o que caracterizaria a real demanda por moradia.

Já as casas construídas, geralmente - e aqui em Blumenau é unânime - são apartamentos com cerca de 40 metros quadrados, independente do



tamanho da família. Isso tudo para dizer que as famílias não escolhem o local, nem o tamanho, nem a forma como será sua nova morada, e ainda terão que pagar por ela. Claro, é quase um presente!

A noção de habitação como direito social e dever do Estado, tal como definida em nossa Carta Constitucional, passa longe. Habitação digna, de qualidade, com os demais direitos de acesso humanitário garantidos são ainda um horizonte a ser con-

Blumenau é uma cidade bem situada em relação aos níveis de qualidade de vida do país, mas que também carrega a grande marca da desigualdade na distribuição da sua riqueza

quistado. A questão é: existe uma política habitacional no país?

A política habitacional no Brasil foi historicamente quase inexpressiva, atuando concretamente como política somente de 1964 até 1986, em plena ditadura, através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e de seu órgão principal, o Banco Nacional de Habitação (BNH), voltado quase que exclusivamente para as classes médias. A ocupação “ilegal” do solo urbano foi sendo a solução então para o “problema” da moradia. Importante reconhecer que no Brasil esta questão tem acompanhado o desenvolvimento das cidades desde o período da implantação do processo industrial, visto que os baixos salários não possibilitavam aos trabalhadores aces-

so à moradia, e o Estado nunca garantiu uma política consistente que proporcionasse resposta a tal necessidade. Então os próprios moradores vão “resolvendo” sua situação de moradia. Assim ocorre também, muitas vezes, com relação a outras necessidades sociais como trabalho, lazer, alimentação, denotando a fragilidade da perspectiva de cidadania que aqui se construiu. Por isso somos a oitava economia do mundo e o quarto país em desigualdade social, tamanha é nossa contradição, expressa em nossa paisagem urbana.

Blumenau é uma cidade bem situada em relação aos níveis de qualidade de vida do país, mas que também carrega a grande marca da desigualdade na distribuição da sua riqueza. O último desastre deixou claro tal realidade. O problema habitacional não se constituiu a partir dele, emergiu apenas, escancarando a cidade do seu avesso. Ficou claro que o problema das ocupações não se dá em função da escassez de terrenos em condições de uso (livre de enchentes e escorregamentos) mas, sobretudo, à dificuldade de acesso de grande parte da população de trabalhadores locais à estes terrenos. Os terrenos bem localizados, perto do centro urbanizado são mercadoria cada vez mais preciosa, e acessível a poucos. Muitas vezes ociosos, usados para estacionamento, ou guardados como reserva de valor, sobre eles não se ousa direcionar qualquer legislação, tal como ocorre em outros países, estimulando sua ocupação, ou, para além disso, seu uso voltado ao bem comum.

O Estatuto das Cidades prevê alguns instrumentos que possibilitariam esta dinamização do mercado de terras urbanas e também a prioridade para o uso coletivo, mas não

se constituiu o mesmo em uma Lei com força para obrigar governos a executá-la e com a destinação de recursos necessários. Por enquanto então, vamos transferindo os “problemas” de um lugar para outro, não se construindo um projeto de cidade condizente com as reais necessidades de seus moradores. Esta situação atinge a todos os habitantes da cidade de alguma forma, principalmente aqueles que estão em situação de maior fragilidade social e aqueles que têm mais aguçado o sentido de pertencimento, de preocupação ética com seus concidadãos e com o futuro da cidade.

Constata-se que, com relação à política urbana no país, embora tenha se trilhado alguns “avanços” nos últimos anos, ainda é pouco eficiente para enfrentar os problemas que se avolumam nas cidades. As decisões políticas são as que custam mais caro aos governos e as que garantiriam em alguma medida sua eficácia. Neste sentido, a sociedade organizada pode ser uma das formas mais eficazes de pressão para que as decisões necessárias sejam tomadas. Espera-se que a sua participação nos debates que estão sendo travados na cidade com relação a esta questão, tanto no âmbito do Conselho Municipal de Habitação, como nas reuniões e audiências públicas para elaboração do Plano Habitacional de Interesse Social – que está sendo construído – produzam este efeito.

O problema habitacional de Blumenau não surgiu após o desastre, apenas ficou ainda mais exposto para a sociedade (Foto: Jacqueline Samagaia)



A FURB realiza no próximo dia 22 de novembro o Seminário Estadual Sociedade e Meio Ambiente: ações e políticas de prevenção e respostas pós-desastre de 2008. Confira a programação na página 10 desta edição



Fotos mostram como era o casarão da Alameda Rio Branco demolido no final de 2008. Do alto, à esquerda, em sentido horário: a casa nas décadas de 1950 e 1960; no final da década de 1980; o terreno baldio hoje. Fotos: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva e Leo Laps)



Vontade de patrimônio

POR DARLAN JEVAER SCHMITT, do Centro de Memória Universitária (CMU) da FURB, licenciado em História pela FURB e Mestrando em História pela UDESC <darlanjs@gmail.com>

No final do ano de 2008, próximo às festividades de Natal e Ano-Novo, mais uma construção foi derrubada em Blumenau. No início da Alameda Rio Branco, uma região nobre da cidade, um casarão abandonado, que na minha lembrança mais remota havia abrigado uma pizzeria, foi demolido por ordem judicial com a alegação de oferecer perigo aos transeuntes e mendigos que ali ficavam¹. O ponto também havia se tornado local de consumo de drogas e estava abandonado há vários anos. O prédio estava, por iniciativa do poder público municipal, em processo de tombamento quando foi demolido. Seria salvaguardado como patrimônio edificado histórico e novamente resignificado. Convém destacar que os donos do imóvel não tinham interesse em reforma e, possivelmente nem no tombamento.

É compreensível, que por tudo que nossa cidade e região passaram um mês antes, em novembro de 2008, este fato tenha passado despercebido pela maioria de nós. Talvez muitos não tenham notado a falta do casarão ou o terreno limpo que lá está até hoje. O fato do cidadão comum não perceber o patrimônio, em especial o edificado, pode ser algo que de uma maneira geral, represente uma normalidade. Com raras exceções, não temos cultivado o hábito de visitar museus e praças ou valorizar casas antigas de nossa cidade. Acharmos todos bonitos ou feios, mas não as contextualizamos ou nos sentimos parte destas construções.

O historiador francês Pierre Nora (1993) nos apresentou, na segunda metade do século XX, a perspectiva dos chamados “lugares de memória”², que em uma análise bem simplória, podem ser considerados os espaços eleitos para rememorar fatos e pessoas. Nesta perspectiva, o casarão da Alameda era um lugar de memória, pois a pizzeria era além de um espaço onde se encontravam os amantes da boa mesa, também o lugar onde se encontravam amigos, tínhamos sociabilidades, e fundamentalmente, memórias.

O casarão demolido era uma via para a memória. Mas para a maioria das pessoas, possivelmente, não. Entretanto seria patrimonializado pelo poder público. Seria mais um objeto da coleção de edificações históricas do município. “Definiu-se a coleção como um conjunto de objectos expostos ao olhar. Mas ao olhar de quem?” (POMIAN, 1984, p.63). As cidades patrimonializadas são fruto de constantes investimentos das esferas públicas e privadas na memória. A memória é escolhida, e toda escolha suprime uma alternativa. É a relação memória e esquecimento.

Neste simples exemplo da demolição do casarão abandonado da Alameda Rio Branco, podemos perceber a falta daquilo que chamo de “vontade de patrimônio”. Vontade de patrimônio é o sentimento para reconhecer que esses espaços histórico-patrimoniais blumenauenses precisam ser vistos como responsabilidade de cada um de nós. É preciso se sentir parte destes museus, arquivos, cen-

tros de memória, espaços culturais e edificações. Mas, não estou colocando a culpa desta situação só sobre nós, civis. Sei que as esferas de poder público têm responsabilidade também. Um exemplo é o caso dos próprios museus em nossa cidade. Temos atualmente mais de dez museus em Blumenau, sendo que dois serão ou foram inaugurados recentemente, um público e um privado. São vários, de autarquias e secretarias diferentes, e com sérios problemas. E o pior, não há conversa entre esses museus para atuarem em conjunto na solução de seus males; atuam com gestões descentralizadas.

Entretanto, algumas atitudes que buscam primordialmente fazer pensar e valorizar os patrimônios começam a florescer em Blumenau, reverberando a tal vontade que falo. Nesta perspectiva, podemos destacar as ações do projeto *Patrimônio em Movimento: história, memória e cidade*; as ações do Grupo de Estudos do Patrimônio Cemiterial; as ações relacionadas aos Estudos do Patrimônio Ferroviário, ligando possibilidades de cicloturismo; e, ações de educação patrimonial promovida pela Gerência de Patrimônio Histórico de Blumenau. É possível destacar outras ações, entretanto como as citadas acima, são pontuais. Algumas com promessa de continuidade.

Para exemplificar mais a questão complexa dos patrimônios, poderia falar também dos casarios e praças abandonadas. Mas prefiro não me ater a isso, pois todos vêem. Por isso, chamo as atenções para todos

nós, civis e poder público, para o primeiro passo no cultivo da vontade de patrimônio: conversar sobre o assunto. A discussão das ideias e, conseqüentemente as atitudes, salvagam e valorizam o patrimônio. O casarão da Alameda Rio Branco, onde era a pizzeria, carregado de histórias e memórias, ruiu porque não nos enxergávamos nele. Ele não era parte de nós. Se isso não mudar, continuaremos com o descaso com os museus, praças e casas derrubadas sorrateiramente, enfim “nossos” lugares de memória.

¹FRESARD, Francisco. *Napolitana, só na lembrança*. *Jornal de Santa Catarina, Blumenau*, 19 dez. 2008, Mercado Aberto, p. 14.

²“Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque estas operações não são naturais” (NORA, 1993, p.13).

Referências

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC - SP*. Nº 10, 1993.

POMIAN. K. *Coleção*. In: *Enciclopédia Einaudi – Memória-História*. Lisboa: *Imprensa Nacional, Casa da Moeda*, 1984. v.1, p. 51-86.

Comunidades quilombolas: em busca da cidadania



Saiba mais na internet:

www.territoriosdacidadania.gov.br
www.terragua.org.br

POR MARTIN KREUZ, estudante de História da Furb <meu_nomemk@yahoo.com>

<http://www.flickr.com/panopticosp>

O Estado brasileiro deu um importante passo em direção à universalização de direitos e na garantia da dignidade humana quando criou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania. Direcionado para áreas rurais, o programa foi criado a partir da percepção da pobreza estrutural na ruralidade, do baixo acesso a serviços básicos, da estagnação na geração de renda e da carência de políticas públicas. Com vistas a remediar essa situação de precariedade sócio-econômica, o programa selecionou 120 territórios de identidade, ou seja, municípios unidos pelo perfil econômico e ambiental e pela identidade e coesão social e cultural. Nesses territórios, o Estado busca integrar políticas públicas, incluir produtivamente as populações pobres, universalizar programas básicos de cidadania e ampliar a participação rural na tomada de decisões quanto à gerência e direcionamento do próprio programa.

Uma característica importante desses territórios selecionados é a grande presença de comunidades quilombolas, que guardam especificidades em relação a esses territórios. Os elementos culturais que garantem a coesão identitária das comunidades, suas religiosidades e saberes tradicionais, a forma de produção agrícola sustentável, seu patrimônio material e imaterial e seu histórico marcado pela discriminação, marginalização e resistências são elementos que singularizam tais comunidades e precisam ser levadas em consideração pelo Estado quando da aplicação de políticas públicas para evitar a inocuidade destas ou o desmantelamento da culturalidade quilombola.

Mesmo com a marcante presença quilombola nos Territórios da Cidadania, que necessita de atenção especial para suas diferenças, ainda há grande dificuldade desses quilombolas em se organizarem e se inserirem como protagonistas na tomada de decisões quanto às ações a serem desenvolvidas pelos programas governamentais. O isolamento dessas comunidades e a precariedade do acesso a informações são elementos que contribuem para essa inoperância.

No sentido de auxiliar no fortalecimento político dos quilombolas e delinear estratégias de articulação que visem o empoderamento dessas comunidades frente ao Programa Territórios da Cidadania, o Instituto Terraguá, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário organizou, entre os dias 21



e 23 de setembro, o I Seminário do Projeto de Desenvolvimento Rural com as Comunidades Quilombolas. O encontro reuniu lideranças quilombolas de 21 estados federativos e 49 territórios e representantes do Incra, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Socializado com esses atores sociais, o Projeto de Desenvolvimento Rural com as Comunidades Quilombolas visa “Contribuir com o etnodesenvolvimento das comunidades quilombolas dos Territórios da Cidadania por meio da sua inserção social, da promoção da sua autonomia e articulação com as políticas públicas de desenvolvimento rural; além de impulsionar a melhoria da qualidade de vida das comunidades, contribuindo para a criação de um cenário propício ao aperfeiçoamento dos seus sistemas produtivos, ao fortalecimento organizacional e à

sua participação e efetivo controle social das políticas públicas.”

Os representantes quilombolas ali reunidos puderam manifestar-se e tornar públicos vários dos impasses e desafios que enfrentam. Destes, dois merecem destaque: por um lado, apesar do esforço da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas e do próprio Estado brasileiro, por meio da Fundação Cultural Palmares, no reconhecimento, identificação e titulação das terras de quilombos, ainda há grande dificuldade das comunidades quilombolas em legitimar a posse do seu território, e quando existe a titulação, essa não vem acompanhada automaticamente da prestação de serviços públicos. Esta é a segunda queixa dos representantes quilombolas: sentem que existe um racismo institucional, responsável por não os reconhecer como quilombolas; mesmo que exista dotação orçamentária, prefei-

turas não prestam serviços públicos a esses quilombos.

O que está colocado não é somente a articulação de um segmento historicamente oprimido e discriminado que ao afirmar-se, reivindica políticas públicas que atendam suas necessidades e levem em conta suas especificidades. Em xequê, é colocado o próprio Estado, que encontra-se diante do desafio de dialogar com as diferentes etnias, culturas e segmentos que compõem o tecido social e respeitar cada uma e todas essas especificidades ao formular políticas públicas. Tal desafio só pode ser enfrentado à medida que o Estado reconhecer essas diferenças e trabalhar em conjunto com elas, o que significa abrir espaços de participação e tomadas de decisões populares. A sociedade não pode ficar à espera do Estado tomar essa iniciativa, mas precisa forçar o Estado a isso. Nesse sentido já se organizam os quilombolas.

Seminário Estadual Sociedade e Meio Ambiente: ações e políticas de prevenção e respostas pós- desastre de 2008

**DIA 22 NOVEMBRO,
segunda-feira,
no Bloco J da FURB**

OBJETIVO: Discutir a configuração das ações e das políticas de prevenção e respostas às situações de desastre, pós 2008, no Vale do Itajaí (SC)

14h - Eixo 1: Sociedade e Meio Ambiente: O que o desastre de 2008 revela

Coordenação de Mesa: Rúbia dos Santos

14h30 - Panorama dos Desastres Socioambientais em Santa Catarina – Brasil (Grupo GEDEN - Departamento de Geociências da UFSC)

15h - Uma abordagem (in) disciplinada sobre prevenção e atenção às situações de desastres (Prof. Rosana de Carvalho Martinelli Freitas - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (DSS/UFSC)

15h30 - Dimensão Social do impacto do Desastre de 2008 em Santa Catarina e seus desdobramentos após dois anos (Prof. Marcos Antonio Mattedi - Furb

16h - Intervalo

16h15 - Debatedora : Professora Beate Frank (FURB/IPA/Comitê do Itajaí)

17h - Lançamento do livro “Desastre de 2008 no Vale do Itajaí – Água, gente e política” e Encerramento do primeiro bloco

18h30 - Eixo 2: A Trajetória da América Latina e Caribe frente as ações e políticas de prevenção e respostas às situações de desastre e o seu rebatimento no contexto de Santa Catarina e do Brasil

Coordenação de mesa: Prof. Rosana de Carvalho Martinelli Freitas

19h - A discussão internacional e marcos legais que norteiam ações de prevenção e de enfrentamento às situações de desastres (Prof. Antônio Pinheiro, representante da OFDA/USAID/Brasil)

19h30 - A discussão Nacional e marcos legais que norteiam ações de prevenção e de respostas em situações de desastres (Maj. Carlos Alberto Araujo Gomes Júnior, especialista do Sistema de Comando e Operações/Gestão de Risco; pesquisador CEPED)

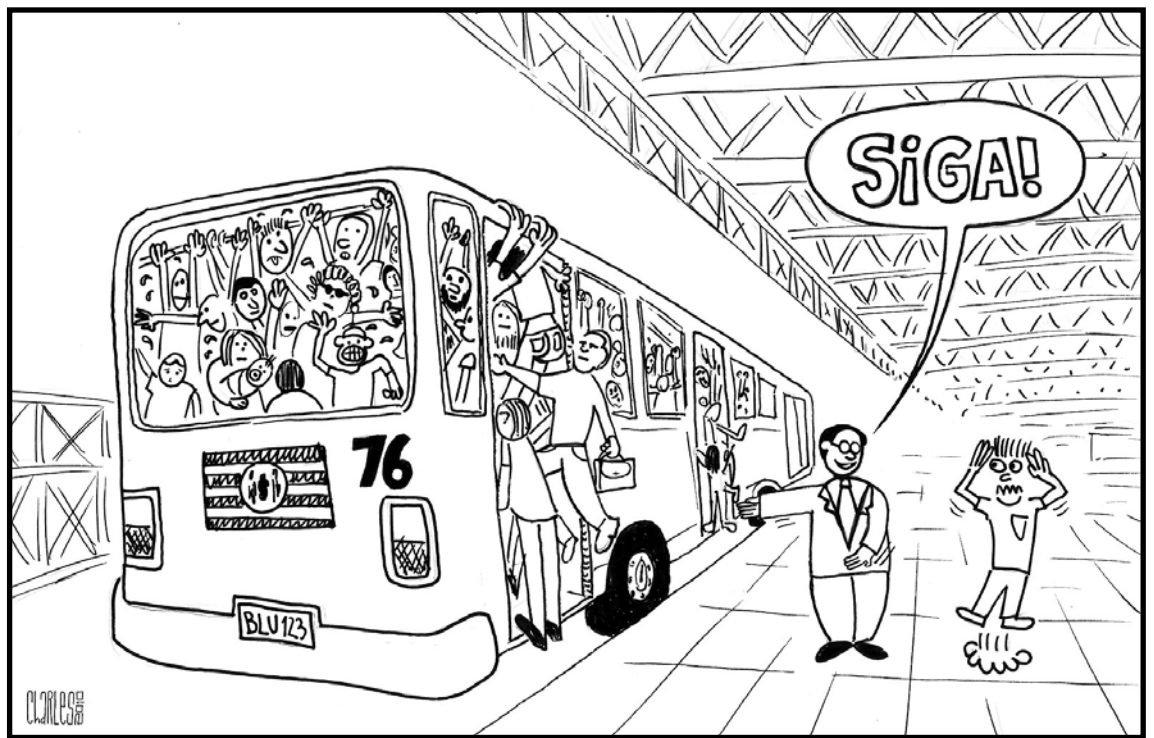
20h - Intervalo

20h15 - O Rebatimento da Gestão de Risco na Política de Assistência Social (Profª. Rubia Santos, da Furb , Doutoranda do Programa de pós-Sociologia da UFSC)

20h45 - O desastre de 2008 - Limites e Perspectivas do trabalho interdisciplinar no ciclo do gerenciamento do desastre e a atuação do assistente social (A.S.Cristiane Coelho de Campos Marques, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFSC)

21h15 - Debatedora: Profa. Jaqueline Samagaia. (professora e pesquisadora da Furb)

Charles Steuck



Organizações sociais preparam mobilizações para COP 16

Entre os dias 29 de novembro e 10 de dezembro, Cancun, no México, se transformará no centro das atenções por ocasião da 16ª Conferência das Partes (COP 16) da Convenção-Quadro da Organização das Nações Unidas sobre Mudança Climática. Durante esses dias, organizações e movimentos sociais de várias partes do mundo aproveitarão a oportunidade para demandar verdadeiras soluções para a crise climática.

Com o título “Desde Copenhague e Cochabamba a Cancun e mais além: por Justiça Climática e soluções reais”, dezenas de redes sociais convocam organizações, campanhas e movimentos a formarem um Comitê Internacional de coordenação e preparação das atividades paralelas à COP 16. Para aderir ao chamado, as entidades interessadas devem enviar assinaturas para secretaria@asc-hsa.net

A ideia é realizar ações no marco da COP 16 em Cancun e em outros lugares como forma de pressionar os líderes mundiais por soluções reais diante da mudança do clima. “Para fazer frente à grave crise climática global, é necessário levar a cabo mudanças de fundo e abandonar as falsas soluções que agravam o problema, pondo os direitos dos povos e a natureza no centro do debate”, consideram. (texto de Karol Assunção, da Adital - Agência de Informação Frei Tito para América Latina - www.adital.com)

Sarkozy, t'est foutu, la jeunesse est dans la rue

Visto através da televisão pelo mundo inteiro, nas últimas semanas, os franceses tomaram as ruas contra a reforma na presidência proposta pelo presidente Nicolás Sarkozy. Lançaram-se às ruas diariamente mais de 3 milhões de pessoas. Os estudantes do ensino médio e universitário se uniram num movimento de greve. Mais de 1200 centros de ensino médio e muitas universidades fizeram greve. A classe política francesa tem, desde maio de 1968, um pânico inveterado da aliança entre estudantes e operários. E em 2010, as ruas somaram estudantes, trabalhadores e os aposentados.

O atual movimento de protesto na França não tem a ver simplesmente com elevar a idade de aposentadoria dos 60 aos 62 anos. Trata-se de muito mais do que isso. Para começar, este movimento expressa a exasperação com o governo de Nicolás Sarkozy, que de forma descarada favorece os super ricos em detrimento da maioria da classe trabalhadora da França. Foi eleito com o lema: “Trabalhar mais para ganhar mais”, e a realidade terminou sendo exatamente o oposto: trabalhar mais para ganhar menos. Enquanto as isenções fiscais aos ricos ajudam a esvaziar os cofres públicos, este governo faz o que pode para destruir o conjunto do sistema de seguridade social surgido depois da Segunda Guerra Mundial.

No dia 28 de outubro, a reforma foi aprovada pelos senadores franceses, e muitos comentaristas indicaram o esvaziamento das mobilizações. No entanto, segundo a página na internet da BBC, o líder do sindicato CFDT, François Chereque, disse que após a aprovação do texto da lei, o movimento entrou em uma “nova fase, mas uma nova fase não significa que tudo está acabado”. Além da greve geral realizada na quinta-feira, 28 de outubro, os sindicatos da França já convocaram outra para o 6 de





Cena do filme *Powaqqatsi*, de Godfrey Reggio (1988)

Por
Viegas
Fernandes
da Costa

Essa memória baífarina...

REMINISCÊNCIA

Meu avô tirando os dentes postiços e querendo me morder com suas gengivas nuas. Minha avó me obrigando a vestir aquele pulôver verde naquele dia de calor. O calor não estava no dia, mas no carinho da proteção; a nudez não estava nas gengivas, mas na inocência da infância.

DECLARAÇÃO

Silenciam palavras em mim, em constante pesadelo. Arranham minhas entranhas, escalam meu peito, desembocam na boca cerrada, que se cala. Os dedos palpitam desejos de as dizerem, mas a mão atrofia e o tempo se encarrega da arqueologia. Não estão mortas, como penso. Pátina na mobília, estão aqui agora, como o afresco na parede descoberto sob a tinta. E a pele se entrega como o livro que cai e se abre sobre a terra. Leia-me, apenas, tateando rugas e veias, neste braile de carne e vida.

O CHEIRO DO POEMA

Deixar assim correr o tempo em meus dedos. Que quer este pássaro em meu quarto? Como ancorar este navio? Tecer de rendas ao som da vida, em uma tarde de verão. Por onde andarão as camponesas que um dia vi em meus sonhos de adolescente? Planger de violões no alto do morro, as redes arrastando os peixes de amanhã. Não conheço, porém, o cheiro do leite nascido dos úberes para meus lábios... sei apenas da cidade, da pequena cidade onde nasci, e deste gosto pasteurizado. Meus pés nunca me levaram ao alto da serra, e aquela estrada de terra que se perdia na mata, e que sempre desejei conhecer por completo, já não encontro mais. Assim, tamborilo duras falanges sobre o peito, esperando aquilo que deixei escapar, e sinto em meu rosto o azul de um céu empur-

rado pelo vento. Quero tocar aquele velho piano esquecido no canto escuro do teatro, o corpo tangido pelo espírito, e nu sair à rua, rodopiar de braços abertos em meio ao asfalto. O mundo secou, afinal, e cactos brotam dos olhos. Ainda é possível chorar... Assim ressuscitar a criança que corria descalça sobre a orla do mar, os bolsos cheios de areia. Compor a sinfonia do desejo do eterno. O feto embrulhado em seu próprio abraço. Na praça, o velho que grita, o Livro sob os braços. E há tantos fatos neste espaço! Há de se amarrar o bode à trave ali postada, as luzes cintilando em nossos medos. Vou correr, mas as pernas amputadas não se moveram e assim vejo fugir meus órgãos por entre os lábios: vísceras, veias, pulmões. Sou apenas este saco vazio pendurado sobre o cabide de ossos. Ainda assim, reconheço o cheiro do poema.

"AÑOS DE SOLEDAD"

Há tanto o som que ecoa escapa aos meus sentidos. Piazzolla toca em qualquer lugar distante, e faz-se sangue em minhas veias, por hora. Deixo seguir meus passos, meus pés adormecidos, e falanges cansam sobre as letras de um teclado. Que dizer? Há tanto mundo em meus ouvidos, tantos desejos, e tão pouco meu tempo: como Carmosina que suspira sobre as páginas dos seus livros, em espera e prece a Jorge que lhe devolva seu Amado. Ouço assim um saxofone que se anuncia baixinho, e cresce, como crescem as vontades ou a tela nas paredes da cidade no Cinema Paradiso. Saudade dos filmes proibidos que preenchiam minhas adolescentes madrugadas. Sinto-os como doce agonia acalorando minha memória. Caminhar é isto. No fim somos aquele personagem de Tarkovsky, em Nostalgia, que atravessa o leito seco da piscina com a chama de uma vela em suas mãos, afrontando o vento que in-

siste em nos fazer retornar ao princípio, os mesmos passos, o mesmo caminho, a mesma chama frágil em nossas mãos. Quando chegarmos, é porque terminou, e caímos. O que sobra? Somos, assim, sempre este milagre! Deus? Deus é um caso à parte! O mundo que nasce sob a sombra de uma Lua na alvorada de um tonitruante bandoneon. Talvez um tango, um tango a me levar tantas mágoas, mas danço apenas com as mãos. Meus pés engessados há muito silenciaram passos; amarrados, sabem que as maiores viagens independem deles. Assim, insisto no eterno epílogo, sempre uma vírgula e o desfiar de nova frase, o par de olhos sobre a nudez amante, uma promessa, uma saudade. Simples assim, como crer no credo que se desfia no mosteiro, como saber o texto um templo.

PIETÁ

N"O Carteiro e o Poeta", de Michael Radford, faz-se verso o som do vento nos rochedos, "as tristes redes do meu pai". Em "Powaqqatsi", Godfrey Reggio nos mostra a Pietá de carne e lama escalando a mina, a cabeça rachada pela pedra. A vida corre assim, entre bestas e amantes, como entender? A mão que planta a terra verga a planta, ceifa o caule, suga o sumo: há uma bandeira no alto do Himalaia, tremula onde ninguém vê, por agora; amanhã tremula um farrapo. Ouço, no entanto, os sinos na torre, os gritos da feira, os uivos dos cães. 10.02.1960 – 23.03.2008: está resumida uma vida, e o rosto na fotografia me sorri a sentença de que fujo. Gravo a eternidade em papel, em placas de bronze, em suportes digitais, e descanso para reler a fábula de La Fontaine: a cigarra, as formigas, e a promessa da fome no inverno; com que direito traumatizam crianças com La Fontaine? Há de ser formiga, e assim não passas fome! Mentira, porque a função da

formiga é dar de comer à rainha, e morrer! Mas esta noite não é cáustica não: retorno à velha poltrona que reinava no sótão do meu avô, às mãos o livro de Lobato e sua Emília. Como seria uma vida de sítio? – matutava. Tregar em árvores, banhos de rio, um Barnabé habitando as margens. O doce torpor de rememorar as noites de livros no sótão do meu avô, o adulto que não chegava em mim. Era o tempo em que ainda havia pés dispostos a correr, a chutar uma bola, a embrenhar-se nos matos da vizinhança. Hoje não há mais pés, tampouco há muita mão, desta resta muito pouco: uma sombra de dedos, uma palma sem alma. Suspiro! O medo de ser abandonado criança à porta da escola, no morrer da tarde: tic tac tic tac tuntum tuntum, e de repente a figura do pai que despontava na curva, o sorriso no rosto. Assim faz-se verso o tempo no sótão, o passeio entre os mortos, as lápides, os epitáfios. Faz-se verso o medo dos tantos trovões que preenchiam os verões e suas tempestades nas férias escolares. E isto que agora se faz verso, era então emoção e idílio. Mas cresceram-me os olhos, e por isso sei da Pietá de carne e lama, sei também de outras Pietás: as de carne e chama, as de fome e ossos, as de pedra vulgar. Sei das Pietás que se arrastam nas sarjetas e pedem esmolas, das Pietás que preenchem de buracos seus peitos tão parcos, e de tantas Pietás que o cinzel e o formão não cansam de compor. Mas no mosteiro persistem as rezas, e nos terreiros e nas capelas. Melhor assim. Ao fim estamos todos parindo um grande poema, um grande e único poema que dirá do vento nos rochedos, do eclipse lunar. É só o que nos resta.

*Os textos aqui publicados integram o livro "Pequeno Álbum", de Viegas Fernandes da Costa (Editora Hemisfério Sul)

Da inércia à ação: História das mulheres e engajamento político



POR **ILZE ZIRBEL**, professora do Departamento de História da UFSC <izirbel@yahoo.com.br>

Um discurso clássico sobre o universo feminino é o que o coloca no mundo da espera, um mundo de poucas decisões pessoais e de pouca ação, restrito a pequenas e “seguras” áreas. Um mundo de pouquíssima (ou nenhuma) ação política.

O discurso se faz acompanhar de ações familiares e imagens coletivas onde as meninas são criadas à espera de alguém que as leve de um lugar seguro a outro, geralmente, da casa para a instituição (a escola, o médico, a igreja, os parentes, o altar, o trabalho, etc.). A rua, o público, os cargos de dire(a)ção permanecem como áreas a evitar, implicam em mobilidade própria, em espaços de perigo para a própria dignidade e/ou feminilidade.

Assim, uma quantidade imensa de mulheres passa a operar dentro da lógica da espera “do outro salvador”, aquele que há de me guiar e resolver os problemas por mim.

No entanto, uma das perguntas político-sócio-filosóficas que mais me intriga há décadas tem a ver justamente com o comportamento oposto de muitas mulheres. O da reação-ação.

Não sei bem onde tudo começou, se foi a incompatibili-

dade do discurso com a minha própria experiência de vida ou a percepção da falta de lógica deste mesmo discurso (pautado em uma diferença física que, neste caso foi o aparelho reprodutor feminino, mas em tantos outros aparece pautado na cor da pele, na idade do corpo, etc.) ou, ainda, a observação da grande diversidade de comportamentos femininos e/ou masculinos. De qualquer forma, as mulheres (e eu incluída nesse universo) têm sido a “matéria” que me instiga a pensar o nascimento das novas ideias e da força necessária para romper a inércia, assumindo para si algo diferente ou contrário àquilo que aparece nos discursos do correto.

Meu exemplo-modelo-pergunta: O que leva esta mulher pensada para a espera, para a não-ação, o “deixe que outro faça”, virar a mesa e se revoltar/emancipar, ir para as ruas, dirigir um carro, denunciar a violência doméstica, pedir o divórcio, assumir os filhos e as contas a pagar... tocar sua vida?

O contraste entre o que é desejado e imposto sobre a mulher e a História das mulheres me intriga e me desafia a olhar as inúmeras formas de inércia (como a política) com outros olhos.

Nada é, em se tratando de humanidade, estanque e imutável. As sociedades e seus/suas indivíduos sempre mudam. Ainda que as mudanças sejam lentas, elas são o real.

Uma quantidade imensa de mulheres opera dentro da lógica da espera “do outro salvador”, aquele que “há de me guiar e resolver os problemas por mim”

Não podemos prever em que direção o movimento se dará ou quanto tempo há de levar, mas podemos afirmar que as alterações acontecerão.

O discurso manipulativo da inércia, do “nada vai mudar”, sempre é um discurso de manipulação do outro, da sua vida, dos seus desejos, das suas ideias. Uma tentativa de impedi-lo/a de reagir e de decidir as coisas de outra forma. Usando novamente o exemplo das mulheres, poderíamos dizer que é um discurso que tem uma certa “economia” por trás, que

se beneficia do “uso” do outro e é capaz de reduzi-lo a um bem de consumo (muitos exemplos do mundo doméstico são bem claros nisso: a esposa, a filha ou uma mulher contratada a preço baixo assume praticamente sozinha os afazeres de todo um grupo e consome grande parte da sua vida a lavar, pendurar, recolher, dobrar, passar e guardar roupas no armário; a limpar, cortar, cozinhar, temperar e servir refeições, etc.).

Neste universo, muitas mulheres descobriram o engodo do discurso ao qual eram submetidas e procuraram romper com ele, assumindo o risco de pensar, decidir e agir de outra forma. Um rompimento dessa envergadura (muitas vezes “contra tudo e contra todos”) nunca é fácil, implica em incertezas, medos, dúvidas e desorientação. Implica no desgastante e criativo jogo das tentativas, erros e acertos.

A história das mulheres não me dá respostas prontas ou modelos de ação para o meu próprio agir (pessoal e político). Nem poderia. Mas me dá esperança. Me dá a certeza de que o discurso da inércia é uma fraude. De que a realidade, mesmo a mais difícil, violenta e opressora, não é imutável, mas passível de mudanças... e de que eu posso me envolver nesse processo.